

**TRABALHO E SAÚDE NO AMBIENTE DESTRUTIVO DO
AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL
DO PARANAPANEMA (SP) - BRASIL***

**WORK AND HEALTH IN THE ENVIRONMENT DESTRUCTIVE
THE AGROHIDRONEGÓCIO SUGARCANE PONTAL DO
PARANAPANEMA (SP) - BRAZIL**

Antonio Thomaz Junior¹
thomazjrgeo@fct.unesp.br

Resumo:

O uso intensivo agroquímicos nas lavouras de cana-de-açúcar do Pontal do Paranapanema, Sudoeste do estado de São Paulo, é parte imanente do processo de produção destrutivo, e expressa impactos que atingem a sociedade de modo geral, bem como, de forma mais direta os trabalhadores e a população camponesa dos assentamentos rurais, oriundos da luta pela terra, que estão sendo sufocados pela monocultura. A nocividade desse processo, as rotinas de trabalho, e daí as doenças ocupacionais, motivadas pelo risco iminente de contaminação, intoxicação e até mesmo mortes, são assuntos que nos ocupam no ambiente de pesquisa e que nos possibilitam resultados iniciais da pesquisa. Assim, a monopolização da terra, a degradação ambiental e do trabalho no âmbito do Agrohidronegócio Canavieiro, expressão do modelo agroexportador brasileiro, estão na base das doenças ocupacionais, componente intrínseco ao processo social (determinação social das doenças), expressão da exploração, da subalternidade, da violência, do descumprimento do código de leis e da truculência do capital. Disso entendemos que o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza, ou como se delinea os instrumentos de controle do capital sobre o trabalho e a sociedade de modo geral.

Palavras chave: trabalho; saúde do trabalhador; agrohidronegócio canavieiro; território; conflito

Abstract

The intensive use of agrochemicals in plantations of sugar cane in the Pontal do Paranapanema, Southwest of the state of Sao Paulo, is immanent part of the destructive production process. It expresses impacts that affect the society in general, as well as, in a more direct way the workers and peasant population of rural settlements, coming from the fight for the land, that are being suffocated by monoculture. The harmfulness of this process, the work routines, and hence the occupational diseases, motivated by imminent risk of contamination, intoxication and even deaths, are matters that concern us in the research environment and enable us to initial results. Thus, the monopolization of land, the environmental and labor degradation within the Sugar Cane hydro-agricultural business,

* Esse artigo é produto dos resultados oriundos do Projeto Temático/FAPESP "Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental" Processo FAPESP: 13/20781-7, sob nossa coordenação, e com vigência até julho de 2018. Constam na equipe como pesquisadores principais os professores doutores Raul Borges Guimarães (FCT/UNESP/Presidente Prudente); e Aylton Luchiari (Departamento de Geografia/FFLCH/USP). Expressa também parte das reflexões fundamentadas no âmbito do Projeto de Pesquisa vinculado à Bolsa PQ-1/CNPq, em vigência, "Territórios em Disputa e a Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Luta pelo acesso a terra e a água, movimentos sociais e saúde ambiental)".

¹ Professor de Geografia, Adjunto III; FCT/UNESP/Presidente Prudente; Pesquisador PQ-1/CNPq; Coordenador do CEGeT/CEMOSi/CETAS.

expression of the Brazilian agro-export model, form the basis of occupational diseases, intrinsic component to the social process (social determination of diseases), the expression of exploitation, subalternity, violence, the failure of the code of laws and the cruelty of the capital. From this, we understand that the health-disease process is determined by the way the man appropriates nature, or by how the man outlines the instruments of control of capital over labor and society in general.

Key words: Work; occupational health; sugar cane hydro-agricultural business; territory; conflict

INTRODUÇÃO

A agropecuária brasileira passa, na atualidade, por um momento de significativas mudanças. O seu tradicional caráter exportador hoje está sujeito aos comandos dos processos globais de reestruturação produtiva do capital, que subordinam o circuito agroindustrial brasileiro como um todo, na produção, circulação e distribuição e consumo de mercadorias agrícolas.

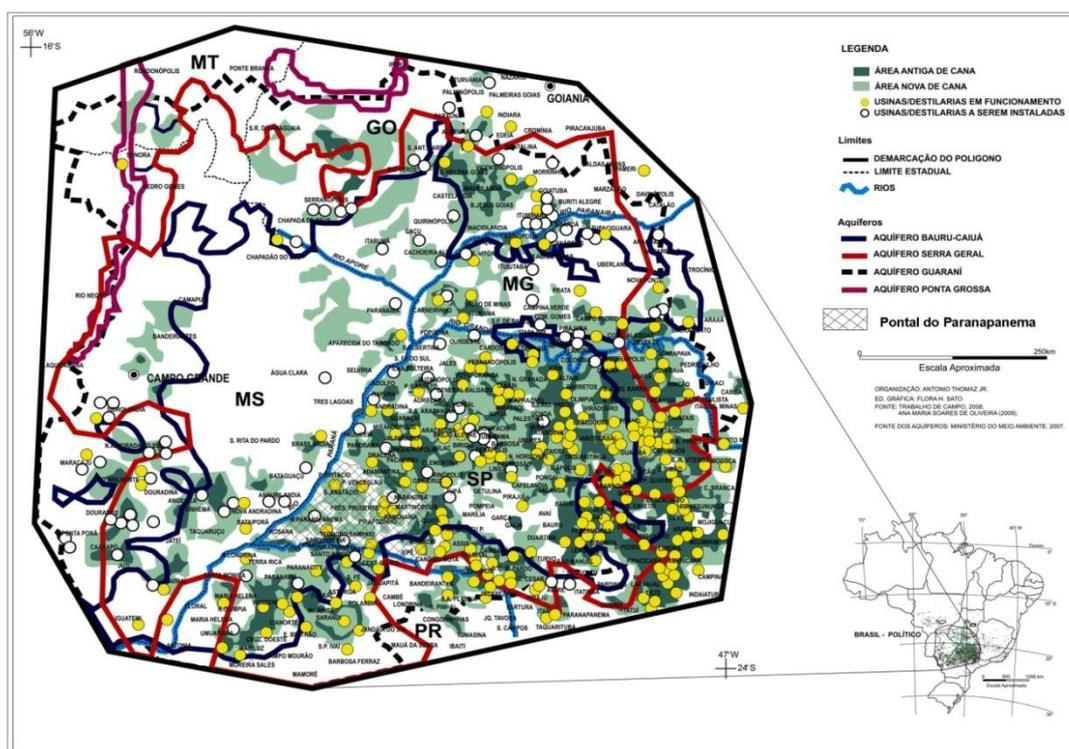
A metodologia selecionada para este momento inicial de pesquisa e de caráter qualitativo e se baseia no desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas. Essa metodologia nos possibilita apreender as relações implícitas, as tensões, os significados dos conflitos e os sentimentos que revelam traços de uma época, da condição atual, de um contexto específico. Estamos diante de exemplos significativos das disputas territoriais e de classe no Brasil no século XXI, ainda não visíveis para a maioria da sociedade, ofuscada, pois, pelas campanhas de marketing milionárias do capital e/ou afinada ao projeto destrutivo de desenvolvimento da agricultura com base no modelo das grandes áreas monoculturas para exportação, em detrimento da produção de alimentos para o consumo humano, em pequenas unidades familiares.

É por meio desses referenciais que estamos prosseguindo com nossas pesquisas com o propósito de retomar a necessária compreensão do trabalho, enquanto categoria fundante para compreensão do espaço geográfico, sendo, pois, por essa via que a totalidade do trabalho se constitui no edifício teórico-político-ideológico da dinâmica geográfica das lutas e dos embates de classe.

A convergência de esforços de pesquisa com o objetivo de entender de forma articulada a luta pelo acesso à terra e a água, a gestão de recursos hídricos e resíduos sólidos, nos têm possibilitado abordar monopolização da terra e da degradação ambiental e do trabalho no âmbito do Polígono do Agrohídronegócio Canavieiro, expressão do modelo agroexportador brasileiro. Segundo Thomaz Junior (2009), nesse polígono (Mapa 1), a

monopolização da terra pelo agrohidronegócio superpõe-se ao controle do acesso aos recursos hídricos disponíveis e a serem explorados nos aquíferos. A nocividade desse processo, as rotinas de trabalho, e daí as doenças ocupacionais, que envolvem o risco de mutilações, contaminação, intoxicação e até mesmo mortes, são assuntos que nos ocupam cada vez mais no ambiente de pesquisa e que nos possibilita os resultados iniciais do projeto de pesquisa.

Um dos impactos que demanda nosso esforço de análise e pesquisa, se configurando como um dos objetivos centrais do Projeto de investigação "*Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental*", em curso, é o uso intensivo e a proliferação desmesurada da aplicação de agroquímicos nas lavouras canavieiras da região do Pontal do Paranapanema, no interior do estado de São Paulo. Demarcamos nossos objetivos com vistas a entender os impactos desse processo para o trabalho e para a saúde do trabalhador, por meio das ações que antepõem trabalhadores (assalariados, camponeses etc.) e capital.



Mapa 1: Polígono do Agrohidronegócio.

Fonte: Thomaz Júnior, 2010.

Os resultados de pesquisa oriundos de estudos anteriores mostram como diversos inseticidas (organofosforados, carbamatos, organoclorados, piretróides), herbicidas

(dinitroferóis, fenoxiacéticos, dipiridilos) e fungicidas (ditiocarbamatos, fentalamidas) são responsáveis por danos contra a saúde humana e ambiental e catalisadores de acidentes e doenças laborais. Destacamos os agravos ou as intoxicações agudas e subagudas (gastro-intestinais, renais, dérmicos, hepáticos, neurológicos, pulmonares, deficiências no sistema imunológico, quadros clínicos psiquiátricos) e crônicas (psiquiátricas, neurológicas, desreguladores endócrinos, teratogênicas, mutagênicas, carcinogênicas) com repercussões diretas num amplo leque de patogenias, tais como: depressão, surdez, doença de parkinson, má formação congênita, diabetes, hipotiroidismo, infertilidade, abortos, anencefalia e câncer. Patogenias que em casos extremos levam a óbito e estão associadas, simultânea, direta ou indiretamente à: a) as formas de exposição ocupacional dos trabalhadores canavieiros; b) a presença de resíduos contaminantes nos alimentos que ingerem tanto esses trabalhadores nos locais de trabalho como os consumidores finais dos produtos agroalimentares oriundos da agroindústria da cana-de-açúcar) e; c) a contaminação ambiental (ar, água, solo, chuva etc.) seja do local de trabalho, o eito da cana, como das comunidades entorno às grades áreas de exploração monocultora de cana-de-açúcar onde a grande maioria das famílias desses trabalhadores vive.

Desde o final dos anos 1980 esse processo de *quimificação* das práticas agropecuárias hegemônicas pelo agrohidronegócio (soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, eucalipto) orienta, no Brasil, novas linhas de expressão do conflito social e da perda da qualidade de vida dentro e fora do ambiente de trabalho, com impactos na saúde do trabalhador. A intensificação da utilização de insumos agroquímicos no Pontal do Paranapanema (SP), e das relações capitalistas de produção e de trabalho, vinculadas à agroindústria canavieira, está possibilitando ao capital, a um só tempo, a garantia da sua reprodução ampliada e do controle social, e a legitimação das terras griladas (terras com títulos de propriedade falsificados).

TRABALHO E AMBIENTE DESTRUTIVO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO

Os aspectos centrais do processo social metabólico do capital vinculado ao agrohidronegócio canavieiro está associado diretamente ao movimento do ambiente destrutivo das rotinas de trabalho. Todavia, os resultados da pesquisa estão nos possibilitando compreender além da irradiação desses processos nocivos aos trabalhadores, específicos ao

ambiente de trabalho, também para a sociedade, para os consumidores - que estão sendo contaminados devido à exposição de elevada carga de insumos químicos utilizados.

A irradiação desses processos nocivos nos põe diante do desafio de desnudar as relações entre o modelo de desenvolvimento brasileiro, os impactos para o trabalho e os desdobramentos para a saúde coletiva e dos trabalhadores. Está-se diante das especificidades das consequências da monopolização da terra e da degradação ambiental enquanto dimensão constituinte central do agrohidronegócio, no Brasil. E ainda, a invisibilidade social da degradação do trabalho e das relações de trabalho tem na exploração da terra indicações imprescindíveis para que possamos identificar a amplitude e a dimensão dos processos de dominação, controle social, no contexto da luta de classes.

Como já apontamos tamanhas são as fissuras que gravitam nas avaliações teóricas de cientistas, dirigentes sindicais, políticos, que blindam a plasticidade existente entre as diferentes formas de realização laborativa do trabalho, restritas, pois, aos marcos da divisão técnica do trabalho e de todo o edifício regulatório dos códigos de leis e à categorização dos sindicatos e federações. (THOMAZ JUNIOR, 2012). O que queremos enfatizar é que pouco ou quase nada nos possibilita ganhar em compreensão, diante desse cenário de intensa precarização, o qual atacou fortemente o núcleo central do operariado industrial, o apego às formulações teóricas que não dão conta de explicar a fluidez que ocorre no âmbito do trabalho e que redefine com intensidade e amplitude seus sentidos e significados, no tempo e no espaço do século XXI. Ou seja, encobre-se de argumentos, explicações, conceituações que desconsideram o movimento da *plasticidade* do trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2011).

Esse processo incide tanto sobre os assalariados “puros”, trabalhadores temporários, por conta própria, informais, agricultores camponeses, quanto sobre os contingentes que estão à frente das ações de luta pela terra. É por esse caminho que estamos identificando as diferentes formas que expressam a resistência ao capital. Todavia não mais restritas aos parâmetros do assalariado tradicional, ou do operário taylorista/fordista, mas extensiva às demais formas de explicitação do trabalho, e também não apenas limitadas ao “chão de fábrica”, que, em conjunto, crescem em todas as escalas geográficas e em magnitude. (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Em meio a esse cenário, o presente projeto de pesquisa está abordando os desdobramentos para a luta de classes e para as ações políticas em torno da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar e Energética etc., de temas vinculados ao expansionismo do agrohidronegócio canavieiro, tradicionalmente ligados à análise ambiental e da Geografia do trabalho.

Pode-se dizer ainda que, a sincronia perversa entre a implosão das forças produtivas e o seu iminente descarte transforma contingentes de trabalhadores em refugio e, em decorrência, o fato de que o trabalho enquanto medida de riqueza, já na sua forma abstrata, passa por profundas modificações, mas não deixou de ser referência para o valor, para a lei do valor, para a acumulação de riqueza.

Em essência, as interfaces entre dinâmica territorial, formas de dominação e relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água e saúde ambiental, ocupam lugar central na análise das consequências do modelo de desenvolvimento econômico integrado à dinâmica de valorização do capital. Afinal, os processos de adoecer e morrer se assemelham ou se diferenciam independentemente dos trabalhadores viverem em um município ou em outro, e podem extrapolar limites entre estados como ocorre no estado de São Paulo e os demais estados, no contexto do Polígono do Agrohidronegócio (Mapa 1).

Todo esforço está centrado em demonstrar que a dinâmica territorial do trabalho e o movimento do ambiente destrutivo do Agrohidronegócio Canavieiro são faces de um único processo social fundamentado no controle de classe do capital.

A exaustão dos exemplos não pode ofuscar a objetividade de as atenções estarem direcionadas para esse movimento dialético de (des)realização e de (des)pertencimento, no qual buscamos as evidências da negação/afirmação do trabalho e da classe trabalhadora. Sejam trabalhadores formais (proletários, assalariados regulares, terceirizados etc.), além dos assalariados temporários (migrantes que vivenciam a condição de camponês/ produtor familiar etc.), sejam trabalhadores informais (por conta própria, domiciliar, camelôs, ambulantes), e ainda a pluralidade de recortes (gênero, etnia etc.), o quadro plural da (re)existência do trabalho é o nosso ponto de partida.

TRABALHO E SAÚDE: SIGNIFICADOS ATUAIS DA DEGRADAÇÃO IMANENTE AO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO

Sob o metabolismo social do capital as marcas da degradação do trabalho se espalham para todos os ramos da atividade laboral. Elas ocorrem em diferentes territórios, pois seja em qual setor de atividade for o trabalho é precarizado (ANTUNES, 2009). Portanto, identificar as marcas territoriais do trabalho, tarefa que assumimos na geografia do trabalho, pressupõe entender o território na sua multiescalaridade-multidimensionalidade. (THOMAZ JUNIOR, 2011).

São os caminhos diferentes e as experiências, as quais explicitam, que nos vão permitir refletir sobre a realidade, pela via do trabalho, em lugar de nos “escondermos” e nos protegermos por trás de afirmações desvinculadas da práxis política com que os trabalhadores e os movimentos sociais estão construindo e requalificando a Geografia do trabalho, no planeta. É o entendimento das diferentes experiências de resistência, de organização e da plasticidade constantemente refeita que nos possibilitará conhecer o enraizamento e o sentido revolucionário do trabalho, e não as definições preconcebidas, forjadas e distantes da centralidade do conflito de classe e do processo social que lhe dá sustentação.

Entender os acidentes e doenças ocupacionais menos relacionados a fatores unívocos e mais com o processo social (determinação social das doenças), nos possibilita compreender que a imposição da exploração, a subalternidade, a violência, o descumprimento do código de leis e truculência do capital ocupam protagonismo na determinação das relações de trabalho, com implicações de grande amplitude na saúde do trabalhador. Dessa forma, os agravos à saúde dos trabalhadores não podem ser naturalizados, tampouco debitados ao acaso ou à redoma dos acidentes. Assim, os acidentes/doenças do trabalho estão mais relacionados ao metabolismo societal do que aos “atos inseguros”. Aliás, esta abordagem pode levar a compreensões individualizadas sobre a saúde dos trabalhadores a ponto de relacionar os acidentes e as doenças do trabalho às questões individuais. (HECK; THOMAZ JUNIOR, 2014).

É preciso ir além e considerar o adoecimento laboral na perspectiva das contradições insanas da sociedade burguesa contemporânea (ALVES, 2013). Os agravos à saúde dos trabalhadores representam uma das expressões mais significativas do antagonismo sistêmico entre capital e trabalho. Isto é, revelam a irreformabilidade da sociedade do capital baseada na extração de trabalho não pago, uma relação social estranhada (MÉSZÁROS, 2007).

O sentido que conferimos ao conceito de degradação do trabalho nasce de alguma forma com a perda da dimensão ontológica do trabalho produtor de “coisas” úteis para a imposição hierárquica do trabalho sob o domínio de outrem. Por isso, é importante mostrar que o conceito de degradação do trabalho conforme apresentamos na pesquisa está relacionado a um processo histórico que reduziu o trabalho (categoria fundante do ser social e eterna necessidade do mundo dos homens) à mera mercadoria vendável. É essa condição histórica que funda as mediações de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2002), que fundamenta a degradação do trabalho.

Dessa maneira, a degradação do trabalho relacionada ao adoecimento físico e mental dos trabalhadores nas plantas agroindustriais canavieiras, e ainda em apenas um ano

foram treze mortes, como a de José Mário Alves Gomes, de 47 anos, que após cortar 25 toneladas de cana teve enfarte (SILVA, 2006). Por isso, não é caso isolado, pois nos frigoríficos de processamento de carne de frango a chance de desenvolver tendinite na desossa de perna é 743% superior a outros setores de atividade, conforme o Ministério da Previdência Social (MPS) (HECK, 2013). Da mesma forma que nas madeiras do estado do Mato Grosso, 11% dos trabalhadores estavam mutilados, 28% com deformidades na coluna vertebral e 25% apresentavam sequelas de acidentes de trabalho (PIGNATI e MACHADO, 2005).

De todo modo, as doenças ocupacionais relacionam-se menos com as disposições biológicas e anormalidades orgânicas, que têm incidência isolada sobre trabalhadores, que, fundamentalmente com a organização e a realização da atividade laboral. Isto é, sob determinadas condições que, nas sociedades contemporâneas, primam pela flexibilização, intensificação dos processos exploratórios, ligados aos descumprimentos da legislação trabalhista, acentuando ainda mais a degradação do trabalho.

Nesse sentido, entender o par saúde-enfermidade encimado à categoria trabalho implica sintonizá-lo à totalidade do processo social de trabalho (produção e reprodução da vida) e ao conjunto das relações sociais que os homens estabelecem entre si, enquanto sujeitos históricos. (THOMAZ JUNIOR, 2011).

Se nos basearmos nos estudiosos da área de saúde, especialmente em Rigotto (2011), com base nos referenciais recentes praticados pela epidemiologia social, que tem se valido da relação sociedade-ambiente de forma a contemplar essa amplitude no âmbito do modo de produção capitalista, “o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento” (RIGOTTO, 2003, p.391). O adoecimento e morte de uma população pode ser interpretado no contexto da relação sociedade-natureza.

Assim, o aparente oportunismo desse processo protagonizado pelo capital agroindustrial canavieiro, no Pontal do Paranapanema, objetiva, em primeiro plano e em seu fundamento central, viabilizar o projeto de classe burguês, de fazer da submissão, dominação, exploração do trabalho e dos mecanismos especulativos os vetores da acumulação de capital. É por isso que tanto a legitimação quanto a legalização da grilagem não podem ser entendidas separadamente, pois é nessa articulação que o Estado e a burguesia dão identidade ao projeto de dominação de classe.

O atrelamento entre trabalho e saúde que estamos analisando na nossa pesquisa nos possibilitam apreender os significados atuais da degradação imanente ao agrohídronegócio

canavieiro. Isto é, a degradação imanente recobre tanto as relações sociais de trabalho e de produção, como também rebatem diretamente sobre o ambiente, repercutindo diretamente no que assumimos como saúde ambiental.

O MOVIMENTO DO TRABALHO, O MOVIMENTO DA NATUREZA E O MOVIMENTO DA SAÚDE

É por isso, que a evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias para o capital. Assim, a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, e da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar. Não obstante, é na agricultura que estão sediadas as maiores polêmicas, porque, como se sabe, 65% a 70% do consumo da água alimentam os pivôs-centrais, de sorte que todo o acionamento do agronegócio, basicamente para a produção de *commodities* para exportação (soja, milho, em escala cada vez mais crescente, transgênicos), derivados da cana-de-açúcar, a isenção do pagamento por quatro anos – como estabelecido na Lei 12.183/05, do Estado de São Paulo – inclui no mesmo grupo de consumidores os responsáveis pelas monoculturas para exportação e pequenos produtores familiares.

Outro dispositivo também importante em relação às disputas que requalificam a dinâmica expansionista do agrohidronegócio canavieiro tem a ver com a garantia de terras para a produção da matéria-prima. Os expedientes que emprega contemplam a formalização de contratos de parceria e de compra e venda, com proprietários regulares, via de regra pecuaristas decadentes, mas seus responsáveis também estão apostando no futuro do empreendimento como um todo, através da tentativa de legitimar grandes extensões de terras devolutas, com pendências jurídicas e improdutivas. Isso se efetiva por meio de contratos de arrendamento, pois assim dividem os “riscos” com os grileiros, usufruem dos preços mais baixos e podem contribuir para a regularização dessas terras, o que lhes garantirá prioridade na sua aquisição, depois de regularizadas juridicamente, mediante a vigência do Decreto.

E é exatamente nesse ambiente da apropriação de riquezas que a terra e a água ocupam lugar central, quando se põe em questão a sobrevivência do planeta, a produção de alimentos, a exploração e a comercialização de matérias-primas etc. Impõe-se de modo marcante, nesta primeira década do século XXI, elementos novos e repletos de significados no

tocante às disputas em torno da terra e da água ou do acesso a esses bens no mundo e, particularmente, no Brasil.

A esse respeito, o capital tem à disposição elementos imprescindíveis para a marcha expansionista dos seus negócios. Além de contar com os favorecimentos dos investimentos públicos e também privados, e por isso disputa apoios, cabe colocar em evidência que os bons resultados obtidos são complementados pelo acesso às melhores terras (planas, férteis, com localização favorável e logística de transportes adequada). Mas não somente, pois o sucesso do empreendimento como um todo requer a garantia de acesso à água, seja superficial (grandes rios, reservatórios de hidrelétricas, lagos), por meio de intervenções, via de regra, represamentos de cursos d'água, seja subterrânea – sobretudo os aquíferos.

Sem contar que parcelas dessas mesmas porções de terra, além de serem reivindicadas para Reforma Agrária, já dispõem de inúmeros assentamentos rurais e milhares de famílias acampadas, originários da atuação e luta dos movimentos sociais. Em decorrência, as ações que antepõem trabalhadores x capital, as fissuras intercapital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica – portanto, aptas à mecanização –, e entre os próprios trabalhadores são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agrohidronegócio em geral.

Está ocorrendo a superposição ou mesmo a disputa direta entre outras frações do capital agroindustrial, com destaque para os investimentos na atividade agroindustrial canavieira sobre a mesma porção territorial até então hegemônica pela soja, milho e mais recentemente o avanço da monocultura do eucalipto. Ou seja, as frações do território em disputa (intra e intercapital) – com a participação crescente, inclusive de grupos estrangeiros – expressam não somente uma nova geografia do espaço agrário, no Brasil, mas consolidam o poder de classe do capital sobre as melhores terras agricultáveis e planas do país, e da maior incidência de disponibilização de água de subsolo da América Latina.

Em essência, as interfaces entre dinâmica territorial, formas de dominação e relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água e saúde ambiental, ocupam lugar central na análise das consequências do modelo de desenvolvimento econômico integrado à dinâmica de valorização do capital. O movimento do trabalho, o movimento da natureza e o movimento da saúde ganham importância analítica, por entendermos que é possível outra relação sociedade-natureza, a ser construída por dentro das disputas territoriais e de classe, sob

o pressuposto de apontar alternativas voltadas ao desenvolvimento sustentável da sociedade e da natureza.

Assim, surpreendem-se as doenças associadas às transformações recentes da expansão do capitalismo, seja no campo (por meio dos monocultivos, intoxicações via aplicações de fortes cargas de agrotóxicos, da perda da biodiversidade, ganhos por produção etc.), seja nas cidades (com todos os agravantes que incidem sobre a penosidade e o ambiente de trabalho desprotegidos contra os contaminantes, ganhos por produção, subempreita etc.) (RICKLEFS, 2009).

Assim, ao mesmo tempo em que o capital se consolida, as lutas de resistência dos trabalhadores, apesar de fragilizadas, indicam que o tecido social também se complexifica, o que faz com que a luta pela terra ou os conflitos que a envolvem ganhem novos elementos. Como sabemos, o expansionismo do agronegócio para o Pontal do Paranapanema mobilizou um conjunto diverso e amplo de trabalhadores para o corte da cana, tais como desempregados urbanos, acampados, assentados, e um contingente expressivo de migrantes do Norte-Nordeste do país, originários do Maranhão, inclusive das áreas de expansão das pastagens que foram “empurradas” pela cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema.

Por isso, é importante repor em discussão o fato de que o avanço dos canaviais para o Oeste de São Paulo, em particular para o Pontal do Paranapanema, não está colidindo com os interesses dos pecuaristas, uma vez que se estabelece entre as partes a mediação do pagamento da renda da terra e para os pecuaristas, que efetivamente apostam nessa atividade, há como se manter.

É nesse ambiente degradado pelos agrotóxicos que devemos vincular os principais problemas que se externalizam no âmbito da saúde pública, isto, pois, são a expressão de um modelo de sociedade e de desenvolvimento, no caso, para o campo, fundamentado na agricultura empresarial, tecnificada e químico-dependente, nas grandes plantas e nos monocultivos voltados para o mercado externo centrada no monocultivo em grande escala, voltado para a exportação. Mais ainda, os agrotóxicos não devem ser entendidos apenas como algo que pode ser controlado, senão que um risco químico que faz parte da lógica do modelo de sociedade que precisa ser entendido e avaliado pela própria sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante notar que no Pontal do Paranapanema, as áreas de cultivo de cana-de-açúcar se sobrepõem às terras com pendências jurídicas, contemplando, assim, diferentes

situações e estágios processuais, desde terras devolutas já decretadas, ações discriminatórias em andamento, paralisadas, parcialmente legitimadas e também sobre terras particulares (Mapa 1), produto de negociações e regularização fundiária realizadas anteriormente.

Outro aspecto a destacar é o total esquecimento do Zoneamento Agroambiental² em relação às pendências jurídicas das terras no Pontal do Paranapanema (Mapa 1) e da tramitação dos processos de imissão de posse, de arrecadação de áreas devolutas e das ações e lutas empreendidas pelos movimentos sociais que pressionam para que esses processos se convertam em assentamentos rurais. Isso mostra não somente uma falha, senão um dos seus objetivos e se soma aos propósitos do PL 578, de legalizar a grilagem de terras. Isto é, neutralizar as resistências e desvincular de vez qualquer possibilidade de efetivar formas de utilização das terras do Pontal do Paranapanema para o circuito produtor de alimentos, pela via da criação de assentamentos rurais e, com isso, minimizar os já graves problemas sociais, mediante o acesso a terra de milhares de famílias que se encontram nas margens das estradas, nos acampamentos e desempregadas.

A amplitude geográfica e espacial desses negócios se liga às vultosas inversões de investimentos públicos e privados, para fazer valer o desejo da reprodução ampliada do capital. Os bancos estatais, tais como Banco do Brasil e BNDES, têm fomentado e apoiado grandes somas de investimentos públicos para a agricultura tecnificada. Essas idas e vindas que caracterizam a peregrinação destrutiva do capital pelo território, os mecanismos especulativos que regram a modernidade das commodities, têm evidenciado aumentos sucessivos nos preços dos alimentos. O óleo de soja, já intrínseco ao hábito alimentar dos brasileiros, é o exemplo dos efeitos especulativos e das destinações diferenciadas que o capital manipula, para assegurar seus interesses mercadológicos. O feijão e o arroz seguem igualmente marcha de ascensão dos preços; mesmo não sendo commodities, estão totalmente vinculados à sistemática mercadológica do espaço produtivo de alimentos. (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Esse processo expansionista do capital, em atenção à amplitude e magnitude dos seus desdobramentos, tem repercutido também nas relações de trabalho, nas formas de ser, na empregabilidade/desposseção e na subjetividade dos trabalhadores ou, mais propriamente, da classe trabalhadora. Por exemplo, para a cana-de-açúcar ou o empreendimento canavieiro conseguir se expandir sobre as áreas cultivadas, especialmente com laranja e pastagens, é necessário que remunere mais do que as culturas em uso vigente da terra. Aliás, esse processo já vem ocorrendo, todavia não sinaliza possibilidade de crescimento da área plantada, na

² Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.

mesma proporção e em condições de competir com os custos da expansão para a região Oeste, quando consideramos as regiões canavieiras de Ribeirão Preto, Piracicaba e Campinas.

Conclui-se que não há, na maioria dos casos, quase nenhuma objeção por parte do proprietário de terra, se, a princípio, estaria cedendo ou vendendo parte ou totalidade de seu patrimônio para o plantio de eucalipto, soja, cana-de-açúcar, pinhão manso, feijão ou qualquer outro produto. Tampouco se estariam sendo respeitadas ou não as normas e os códigos ambientais, com o plantio ilegal de transgênicos, desrespeito às APPs, reserva legal e das leis trabalhistas etc. Ou, ainda, se os negócios se dariam à base da prática da monocultura, se seriam direcionados para o mercado interno ou externo e se comporiam ou não a cesta básica. Exceção seja feita para o caso do grileiro/latifundiário do Pontal do Paranapanema, que se dispõe a ceder parte ou totalidade das terras em arrendamento para o plantio da cana-de-açúcar, tendo em vista estarem em primeiro plano não somente seus interesses econômicos, mas, sobretudo, estratégicos e políticos, já que está em pauta sua existência enquanto proprietário de terra, enquanto classe.

Deste modo, concordamos com Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) quando afirmam que o capitalismo é um padrão civilizatório incapaz de incorporar os limites humanos (saúde física e mental) e da natureza. Isto é, está em questão uma sociedade que alimenta forças destrutivas da vida e não o contrário, por sua perspectiva de dominação, controle, exploração e apropriação.

É nesse ambiente de rearticulações no âmbito das *novas* condições de trabalho estabelecidas na agroindústria canavieira, no Pontal do Paranapanema, têm impactos significativos sobre a saúde e das condições de vida dos trabalhadores. E por esse foco podemos apreender esses territórios, enquanto territórios da degradação do trabalho. (HECK; THOMAZ JUNIOR, 2014). Esse conceito nos aproxima de uma síntese que nos possibilita vincular o território enquanto apropriação do espaço para a extração e realização da mais-valia, o que impõe relações de poder que sujeitam os trabalhadores a condições degradantes de trabalho que podem impactar na sua saúde.

É dessa compreensão que fundamentamos nossas considerações finais sobre trabalho e saúde no ambiente destrutivo do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, através da “leitura” da Geografia do trabalho, ou seja, vincular os adoecimentos, acidentes e demais ocorrências no âmbito da degradação imanente ao processo de trabalho no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. (2011): "Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI". In: Giovanni Alves, André Vizzaccaro-Amaral e Daniel Mota (Orgs.). *Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr.

_____. O adoecimento como falha metabólica do capital. In: NAVARRO, V. L. LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.) **O Avesso do Trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ANTUNES, R. (1999): *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

FRANCO, T. DRUCK, G. SELIGMANN-SILVA, E. (2010): "As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado". *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v.35, n.122, p. 229-248.

GUIMARÃES, R. B. (2008): *Regionalização da saúde no Brasil: da escala do corpo à escala da nação*. 2008. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Saúde Ambiental, Faculdade de Saúde Pública/USP.

HECK, F. M. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia em Toledo (PR)**. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

HECK, F. M. THOMAZ JUNIOR, A. T. Territórios da degradação do trabalho em frigoríficos: antagonismo sistêmico entre capital e saúde dos trabalhadores. Presidente Prudente. 28 f., 2014, (artigo não publicado).

MAENO, M. (2001): "Lesões por esforços repetitivos" - LER. São Paulo: INST. (*Cadernos de saúde do trabalhador*).

MÉSZÁROS, I. (2002): *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

MÉSZARÓS, I. (2007): *O desafio e o fardo do tempo histórico*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

MÉSZARÓS, I. (2009). *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

MINAYO-GOMEZ, C. THEDIM-COSTA, S. M. F. (1997): "A construção do campo saúde do trabalhador: percursos e dilemas". *Cadernos de Saúde Pública*, v.14, sup.2, p.21-32, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf>>. Acesso em: 01 abr.

OLIVEIRA, A. M. S. (2009). *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente.

PIGNATI, W. A. MACHADO, J. M. H. (2005): "Riscos e agravos à saúde e à vida dos trabalhadores das indústrias madeireiras de Mato Grosso". *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10, n.4, p.961-973.

RICKLEFS, R. E. (2009): *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

RIGOTTO, R. M. Saúde ambiental & saúde dos trabalhadores: uma aproximação promissora entre o verde e o vermelho. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v.6, n.4, p.388-404, 2003.

RIGOTTO, R. M. et. all. *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. 1ª. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 612 p.

SILVA, M. A. M. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Abra**, v.33, n.2, p.1-25, ago/dez, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, A. (2003): "O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica". *Ciência Geográfica, Bauru*, ano 9, v.9, n.1, jan. abr., p.96-103.

THOMAZ JUNIOR, A. (2009). *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)*. 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. (2010): "O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI". *Campo Território*, V. 5, Nº 10, Uberlândia.

THOMAZ JÚNIOR, A. (2011): "Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas". *Revista da ANPEGE*, Campinas, v. 7, n. 1, n. esp., p. 307-329, out.

----- (2012). Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe). *Pegada*, Presidente Prudente, V.13, Nº2, p. 4-19.

-

THOMAZ JUNIOR, A. Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. Orgs.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica - Propuestas y desafíos**. Quito: Clacso/IAEN, 2014. pp. 181-198.